

HIPÓTESES INTERPRETATIVAS SOBRE O CONFRONTO LUSO-HOLANDÊS PELO DOMÍNIO ULTRAMARINO

João C. Silva de Jesus

INSTITUTO DE CULTURA IBERO-ATLÂNTICA
PORTIMÃO (PORTUGAL)

A organização deste encontro quero agradecer o amável convite que me foi feito através do Instituto de Cultura Iberoatlântica (Portimão,

Portugal). Só espero corresponder às expectativas criadas, principalmente quando o trabalho que tenho vindo a desenvolver tem incidido sobre a presença europeia na Ásia.

As ideias que irei expor ainda não estão suficientemente amadurecidas, embora sejam o resultado de alguns trabalhos efectuados nos últimos anos. A sua apresentação pública neste lugar destina-se a possibilitar um debate prévio que possibilite prosseguir o estudo.

MOTIVAÇÕES REAIS E DOCTRINÁRIAS PARA A EXPANSÃO ULTRAMARINA HOLANDESA

O crescimento demográfico e económico do século XVI foi um dos principais motores da expansão europeia. Esta expansão não é só ultramarina mas também se dá dentro da própria Europa, com a ocupação de novas terras, com a ampliação das vias de comunicação e com o consequente desenvolvimento das redes comerciais intraeuropeias, sejam elas terrestres, fluviais ou marítimas.

A "Abertura do Mundo" foi, assim, precedida pela abertura da Europa e isso tratou-se de um processo quase simultâneo, muito embora nem todas as regiões da Europa tivessem progredido ao mesmo ritmo, havendo inclusivamente desfasamentos seculares entre as diferentes áreas. Vistas as coisas assim, parece haver uma necessidade de todas elas progredirem numa mesma direcção, mesmo que o não façam ao mesmo tempo. A realidade, no entanto, é bem diferente. O relativo isolamento das várias regiões europeias, durante a Idade Média, levou a que cada uma se individualizasse em termos políticos, económicos e sociais. As condicionantes internas e externas moldaram cada uma das sociedades, dando-lhes características específicas que, mais tarde, determinaram as orientações que tomaram.

Os Países Baixos, integrados nas margens de uma grande formação política, como era o Império, e frequentemente apanhados no meio das disputas entre poderes superiores, encontraram uma forma de organização social e política que tinha como base as cidades e os seus governos, raramente estando submetidos a poderes centrais for-

tes, eram exercidos pelas aristocracias ou pelas oligarquias locais que, muitas vezes, se confundiam entre si. Apesar de tudo, as oligarquias e a aristocracia nunca chegaram a ter um poder tal que as levasse a dispensar a restante população (principalmente os oficiais mecânicos) da tomada de decisões respeitantes ao governo comum. As cidades gozavam de grande autonomia e mantinham-na, de um modo geral, mesmo quando estavam submetidas a poderes externos, os quais se tendiam a ser hegemónicos também apresentavam fragilidades que os impedia de dominar com todo o rigor que gostariam. Esta situação, desenvolve as iniciativas e as liberdades privadas o que são alguns dos factores decisivos para o arranque que a economia neerlandesa irá ter a partir de meados do século XVI.

Em contraposição, a Península Ibérica é radicalmente distinta e as diferenças vão alargar-se ainda mais na entrada para a Época Moderna. A necessidade de uma boa organização militar durante o processo de reconquista cristã da Hispânia criou um poder real forte, principalmente em Portugal. Poucos eram os senhores que podiam rivalizar com o rei ao qual cabia quase todas as decisões importantes, sendo também o principal detentor da riqueza que redistribuía entre os seus servidores, o que levou à criação de laços de dependência, espírito acomodaticio e pouca iniciativa privada. Em comparação com os Países Baixos, as sociedades ibéricas regiam-se por bem mais complexas relações hierárquicas e formais, o que as tornava pouco propensas a mudanças rápidas. Sendo mais estáveis eram também menos flexíveis.

Na Europa de finais do século XVI e início do século XVII, há (pelo menos) dois modelos de desenvolvimento político, social e económico que assentam em duas mentalidades diferentes que têm vindo a divergir. Estes dois modelos vão-se defrontar, o que já se vinha fazendo e de que a Reforma é já um exemplo, não sobrevivendo necessariamente o melhor, mas o mais apto e adaptável. O modelo Ibérico (chame-se-lhe assim) e o (nascente) modelo capitalista.

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO HOLANDÊS NO ORIENTE

O regresso aos Países Baixos da expedição de Cornelis de Houtman abriu uma nova fase na expansão ultramarina

europeia. A viagem de reconhecimento de lugar e de verificação de potencialidades prova a todos que é possível, partindo do Norte da Europa, ir e regressar ao Oriente. Que é, não só, viável como, sobretudo, rentável.

A viagem iniciara-se com um objectivo preciso, mas sem que se estabelecesse um qualquer plano a aplicar a longo ou médio prazo, contudo foi precedida dum cuidadosa preparação. Voluntária ou involuntariamente tinham começado a ser publicadas nos Países Baixos obras de carácter roteirístico e geográfico cujo o aparecimento não é unicamente explicável pela curiosidade e pelo espírito renascentista então dominantes. Se tal poderá ter acontecido com o *Thresoor der Zeevaart*, de Lucas Jansz. Wagheneer (Leiden em 1592) o mesmo já não se poderá afirmar em relação à publicação do Itinerário de Jan Huigen van Linschoten¹.

A primeira foi escrita tendo por base as notas que Dirk Gerritsz. tomara enquanto bombardeiro no Extremo Oriente ao serviço de Portugal. A segunda teve um papel de relevo maior para a expedição de Houtman. A obra de Linschoten é composta por três partes distintas, tendo recebido dos Estados Gerais autorização para ser impressa em Outubro de 1594. Não é por acidente que a segunda parte é publicada (1595) antes da primeira (1596) que só trata do percurso do autor desde que partiu até que regressou aos Países Baixos. A segunda parte é um roteiro para a Índia e Novo Mundo com principal destaque para as rotas dos mares orientais. A esta parte ainda se anexou uma breve descrição das rendas da Coroa de Portugal, bem como um pouco de história, forma de governo e poder militar. A terceira parte, de muito menor interesse, é uma compilação de textos de diferentes autores relativos às costas africanas e do Novo Mundo e é posterior.

O Itinerário de Linschoten, na sua parte roteirística, não resulta integralmente da experiência pessoal do autor, pois nunca deverá ter passado além da costa ocidental da Índia. As preciosas informações que reuniu sobre as rotas, costumes, mercadorias, valores, povos, etc. foram-lhe fornecidas pelos portugueses e asiáticos com quem conviveu ou através da leitura da mais diversificada documentação oficial, náutica e particular. Também dois compatriotas seus ter-lhe-ão fornecido muitos dados durante a sua permanência na Índia e na viagem de regresso à Europa que fizeram juntos: Dirk Gerritsz., que era seu conterrâneo de Enkhuizen, e Gerrit van Afhuysen, natural de Antuérpia. Van Afhuysen viajara até Malaca onde permanecera 14 meses. Os três fizeram a viagem de regresso a Portugal no mesmo navio e aí terão trocado impressões sobre a Ásia e os portugueses.

Entre os planos de publicação do autor e os interesses pragmáticos dos mercadores prevaleceram os últimos e a publicação do roteiro em 1595 obedeceu à necessidade prática de se ter um guia que possibilitasse chegar à Índia e aí encontrar as rotas mais rápidas e seguras que aumentassem a probabilidade de retorno do investimento.

Esta primeira viagem dirige-se a Bantam no Estreito de Sunda, um local onde, segundo Linschoten, não existia presença portuguesa. E de facto não havia nessa região um estabelecimento oficial do Estado da Índia, embora, como em todos os portos da Ásia, aí existisse uma comu-

nidade mercantil portuguesa, que, por sinal, não estava na altura de boas relações com o poder local.

Se os objectivos holandeses era evitar atingir locais sob domínio português e, desse modo, escusarem qualquer confronto, isso não impedia de, desde logo, começarem a intrigar contra os portugueses junto dos asiáticos que os acolhiam, incitando-os à sublevação, prometendo-lhes apoio futuro e condições comerciais mais favoráveis. Esta "política" é posta em prática pela expedição de Houtman e continuada pelos seus seguidores. Evitar o confronto directo com os portugueses, a não ser nos momentos em que houvesse uma superioridade militar incontestável foi uma regra estabelecida desde o primeiro momento e religiosamente cumprida até ao final do conflito, já bem depois da Restauração (1640) e da queda de Malaca (1641).

Logo em 1598 aparecem nos Países Baixos uma grande quantidade de novas companhias que em poucos anos enviam dezenas de navios que acabam por pôr em causa a viabilidade do comércio, que apesar de tudo é livre.

"Os números são impressionantes desde o início. Em sete anos (1595 a 1601) partem dos Países Baixos 15 a 16 frotas, uma média superior a 2,5 frotas por ano e 9,4 navios anuais, só no ano de 1598 partiram 23 navios, andando a arqueação de cada um à volta das 335 toneladas métricas:"

Os lucros iniciais altíssimos estimulam o aparecimento de companhias para comerciarem com a Ásia em todas as províncias, muitas delas nem chegam a enviar qualquer navio, pois não conseguem reunir o capital necessário sendo adquiridas ou fundidas com outras, ou simplesmente desaparecem. De imediato se inicia um processo hoje muito frequente: o das fusões, com vista à obtenção dos capitais necessários para se poder sobreviver num quadro altamente competitivo.

Esta ganância acaba por ter efeitos contrários aos inicialmente pretendidos. Rapidamente os lucros ameaçam diminuir ou mesmo desaparecer pois os preços dos produtos na Ásia começam a subir rapidamente por causa da grande procura e dos valores elevados que os agentes das várias companhias em competição estão dispostos a pagar para serem servidos. Outro factor que faz disparar os preços é o desconhecimento do valor tradicional dos produtos asiáticos nos locais onde de novo os procuram. Trata-se de um fenómeno que os portugueses já conheciam e que ocorria sempre que os espanhóis das Filipinas tentavam entrar nos mercados geralmente explorados pelos portugueses, como foi o caso do curto período em que estes foram admitidos na feira de Cantão. "Os mercadores de Manila e Acapulco, não sabendo o valor tradicional da seda e tendo muita prata disponível que ofereciam com liberalidade, provocaram temporariamente o aumento do preço da seda, o que muito desagradou aos mercadores de Macau."² Por outro lado, na Europa os preços baixavam por causa do aumento da oferta de produtos asiáticos. Perante este cenário só restavam duas alternativas: deixar que as regras de mercado decidissem o futuro de cada uma das companhias envolvidas, o que poderia ainda levar alguns anos, ou de algum modo intervir no mesmo.

A solução encontrada é, na essência e paradoxalmente, igual à dos reinos Ibéricos. Passa-se a um regime monopolista com a criação da *Verenigde Oostindische Compagnie*

¹ Jan Huigen van Linschoten, querendo conhecer o mundo, embarcou como criado do arcebispo de Goa D. Vicente da Fonseca na armada que largou em 8 de Abril de 1583 para a Índia. Inicia o regresso da Índia embarcando em 1589 chegando à Holanda em 1592, depois de ainda ter vivido dois anos nos Açores.

² Sabe-se que 54 desses 66 navios somavam 18170 toneladas. Os valores apresentados são estimativas baseadas na aplicação da regra da proporcionalidade aos valores referidos. J. C. S. de Jesus, *As Armadas do Sul*, Lisboa, 1998, p. 123.

³ J. C. S. de Jesus, *As Armadas do Sul*, Lisboa, 1998, p. 118.

(VOC) por carta de privilégio dos Estados Gerais datada de 21 de Março de 1602. Por este documento a Companhia recebe poderes majestáticos e o monopólio da navegação para a Ásia pelas duas únicas rotas então praticáveis, a do Cabo da Boa Esperança e a do Estreito de Magalhães.

Com isto pretende-se a eliminação da concorrência interna, racionalizando a exploração de um negócio que assim se deveria tornar muito mais rentável para os seus investidores. Mas, o mais importante ainda é que os Estados Gerais conseguem criar um instrumento (nem sempre dócil) que, enfrentando os portugueses, também acaba por afectar o esforço de guerra do rei espanhol.

Acabam-se os pruridos. Embora não se possa ver na partida dos neerlandeses para a Ásia ou na constituição das várias companhias e depois nas orientações que a VOC vai seguir um processo pacífico com aprovação nacional, vai seguir-se um caminho com objectivos imediatos bem definidos, os quais dependem sempre da conjuntura a cada momento vivida. Há uma dinâmica, de que não se tem consciência, que induz a actuação. A lógica que levou à criação da VOC (quando se colocou o problema do condicionamento dos lucros devido à concorrência entre as próprias companhias neerlandesas) é a mesma que determina o ataque deliberado às posições portuguesas na Ásia. A necessidade de eliminar a concorrência é a causa do início das hostilidades contra os portugueses, sendo os casos como o do Trouw⁴, Macau⁵ e Santa Catarina⁶ meras justificações para legitimar o desencadear da guerra aberta.

É certo que também fôra a necessidade de criar monopólios que levara Portugal e Castela a assinarem o Tratado de Tordesilhas, sancionado pela autoridade moral e religiosa do papa e, na prática, internacionalmente incontestado (se se descontar as acções inconsequentes⁷ dos súbditos franceses de Francisco I), o que pode ser tomado como uma ratificação de facto. Esta ausência de contestação em altura própria e os mais de 100 anos que se passam entre a sua assinatura e a primeira chegada holandesa ao Oriente vem dar força aos que argumentam invocando, entre outros, direitos históricos. Aliás, esta é uma discussão que só aparece quando o poder dos portugueses impõem a exclusividade pela força deixa de ser eficaz por causa do aparecimento em cena de outros poderes que se afirmam pela mesma maneira.

Sabendo-se a atitude que os portugueses tinham em relação à navegação, comércio e conquista no espaço ultramarino, é de estranhar alguém aventurar-se nessas regiões e não esperar a retaliação que os meios disponíveis possibilitassem. Nesta perspectiva, talvez não seja demasiado ousado afirmar-se que as explorações levadas a cabo por ingleses e holandeses nas regiões árticas em busca de passagens alternativas para a Índia, não representassem, elas próprias, reconhecimentos tácitos das posições defendidas pelos portugueses. Tanto mais que Isabel I chega a apoiar o projecto de estabelecimento permanente no nordeste do Novo Mundo, como forma de reivindicar a posse de um novo caminho que eventualmente viesse descobrir-

se por esses lados⁸. É um modo de acção que claramente se inspira na atitude adoptada pelos portugueses.

Perante estes pressupostos, obviamente, a resposta portuguesa só poderia ser, desde o primeiro momento, procurar impedir de forma exemplar o estabelecimento de quaisquer outros nos seus domínios. Também deveria ser claro aos holandeses que essa seria a atitude a esperar, embora, é certo, só a frota partida em 1603 tenha sido a primeira a levar ordens expressas para encetar acções ofensivas contra os portugueses, embora essas ocorressem quase desde o início. Esta mudança de atitude foi contestada por sectores da sociedade holandesa, principalmente entre os sefarditas e os puritanos, para os últimos dos quais qualquer violência era imoral, mesmo que esta resultasse numa reacção contra a tirania. Contudo, se houve quem retirasse o seu capital da Companhia a maioria não o fez.

Ataque neerlandês contra os domínios portugueses da Ásia deu-se da periferia para o centro, num movimento envolvente mas apontando ao centro, com ataques esporádicos a esse mesmo centro. Houtman dirige-se a Bantam iniciando aí uma presença que acabará por dar ao holandês o domínio do Estreito de Sunda. Os seus seguidores tomam primeiro Amboíno e no mesmo ano Maluco (1605) e estabelecem-se comercialmente no Japão, acabando por substituir os portugueses enquanto parceiros comerciais privilegiados (é que o proselitismo ibérico estava a minar a estrutura social japonesa e o só o valiosíssimo comércio com a China levava os japoneses a tolerarem a sua presença). Instalam-se na Formosa e são bem recebidos em Joor e Achém. Em Bengala comerciam na maior parte dos portos e o mesmo fazem no Guzarate, já no Índico Ocidental. Em Ceilão têm um dos seus primeiros grandes reveses mas também aí irão estender a sua influência. Por todo o lado por onde passam procuram estabelecer alianças contra os portugueses, como são os casos de Calecute, Achém, Joor, Banda, Amboíno e Ternate. Em todos os locais tentam estabelecer entrepostos comerciais, tentando o equilíbrio entre a expansão dominial e a rentabilidade económica, esforçando-se para que a empresa seja auto-sustentada com os rendimentos obtidos no próprio Oriente.

Sabendo que Moçambique, Goa, Malaca e Macau eram os bastiões mais importantes no Oriente, não deixaram por isso de os assediar sempre que julgavam conveniente, não fosse a sorte favorecê-los e, de qualquer modo, os portugueses acabavam sempre por sair malvistos pelos povos orientais, além de desgastarem nisso os parcos meios humanos, materiais e financeiros de que dispunham. Se estas praças se foram aguçando contra as investidas holandesas a sua importância entre os domínios ultramarinos portugueses foi diminuindo, pois a sua prosperidade dependia das relações que mantinha com outras regiões e essas iam caindo sob influência holandesa. Quando a conquista de Malaca ocorreu esta já não era uma necessidade para os holandeses. O seu domínio no Extremo Oriente estava praticamente garantido, aliás os ingleses estavam a ganhar ascendente sobre todos os

4 O Trouw de 220 toneladas chega a Tidore sob o direcção de Balthasar de Cordes em 3 de Janeiro de 1601 com 24 sobreviventes depois duma duríssima viagem pelo Estreito de Magalhães e pelo Pacífico. Os tripulantes do Trouw, após serem bem acolhidos pelos portugueses de Tidore, foram capturados de surpresa e mortos violentamente. L. Blussé, "Brief encounter at Macao", *Modern Asian Studies*, n.º 22, 3, Cambridge, 1988, p. 651.

Não se encontrou nas fontes portuguesas referência ao incidente.
5 Uma esquadra comandada por Van Neck dirige-se em Setembro de 1601 a Macau tomando, de caminho, embarcações de portugueses.

Nessa cidade alguns dos seus homens são aprisionados e não muito mais tarde executados como piratas.

6 Em Fevereiro de 1603 a nau da China, Santa Catarina, um navio arqueando 700 lasten holandeses (1400 ton. métricas), é capturada por Van Heemskerck no Estreito de Malaca, como retaliação pelo sucedido em Macau.

7 Inconsequentes na perspectiva francesa, pois a reacção portuguesa foi dar início à colonização efectiva do território, embora, muito provavelmente, isso mais cedo ou mais tarde viesse a acontecer.

8 J. C. S. de Jesus, *As Armadas do Sul*, Lisboa, 1998, p. 36.

demais, mas representou, claramente, o fim de um ciclo iniciado em 1498 com Vasco da Gama.

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO HOLANDÊS NO BRASIL

Os holandeses vão para o Brasil seguindo um processo muito semelhante ao que adoptaram para a Ásia. Constituem uma companhia, a West Indien Compagnie (WIC), que, apesar de tudo, não é suficientemente capitalizada para os desafios que tem de enfrentar⁹.

Tal como antes da partida para o Oriente, aparece no contexto da expansão holandesa para o Novo Mundo a obra de Jan Andries Moerbeek, *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra do Brasil*, e isto quanto antes, 1624, mostrando as potencialidades económicas do Brasil, as suas características geográficas e fragilidade defensiva. Nesta obra também se dão razões de natureza moral legitimadoras dessa ofensiva. Estas serviriam para aplacar as eventuais objecções como as que tinham surgido entre os sectores puritanos e sefarditas aquando do início do estabelecimento na Ásia quando, de uma posição oficial de defesa contra as retaliações do Estado da Índia, os holandeses passaram ao ataque deliberado para erradicar os portugueses do Oriente.

Porquê o Brasil e não qualquer outra região do Novo Mundo, nomeadamente as submetidas aos espanhóis?

As respostas poder-se-ão encontrar em diversas premissas.

1. O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar;
2. O Brasil está mal defendido e é pouco povoado, em comparação com os territórios espanhóis.
3. Há relações comerciais e financeiras que passam pelas comunidades de cristãos-novos no Brasil, Reino e Países Baixos;
4. Os holandeses conhecem os portugueses do ultramar; o seu modo de agir e as suas dificuldades.

A procura do confronto directo desde o início, ao contrário do que se passou na Ásia, é uma necessidade imediata que não é primeiramente ditada pelo estado de guerra em vigor e isso contribuirá, decisivamente, para o desfecho final. Buscava-se, sobretudo, o açúcar. Este era um bem cuja a produção se encontrava nas mãos dos portugueses, ao contrário do que sucedia com os produtos asiáticos que também eram, de algum modo, adquiridos pelos portugueses. Estando a produção de bens no Brasil sob o controlo directo dos portugueses, só restava aos holandeses expulsá-los e ocupar o seu lugar enquanto detentores das plantações e engenhos. Esta necessidade de dominar a produção também obrigará os holandeses a tomarem os principais mercados fornecedores de escravos: Angola e São Tomé.

O esforço de guerra, apesar de ser, em grande parte, sustentado pelos Estados Gerais¹⁰, condicionará gran-

damente a fraca rentabilidade da empresa, pois trata-se de um grande investimento inicial não produtivo, quando comparado com o asiático. A guerra tem depois como consequências a diminuição da produção, pois dá-se a destruição de plantações e engenhos, sendo as receitas insuficientes para a sustentar (principalmente para o lado holandês). A guerra levada a cabo pela WIC nunca foi auto-sustentável, como era a conduzida pela VOC no Oriente, a qual, com dificuldades conseguia conciliar, numa única expedição, as acções bélicas que afectavam o poder português com as comerciais que, pelo menos, pagavam o investimento feito. No Brasil só o aniquilamento da resistência portuguesa poderia garantir um mínimo de rentabilidade. Perante isto só restava desistir ou procurar outras vias. Tratou-se de uma guerra de desgaste em que a contabilidade financeira ditou o resultado para os holandeses. Mas em Portugal, que nunca avaliou os seus domínios nesses termos, sacrificando a população do Reino e do Brasil, tudo fez para ganhar essa guerra.

Os portugueses tinham chegado à Ásia com uma tecnologia superior e impuseram-se graças a ela. Também possuíam aparelhagem mental de compreensão e acção sobre a realidade que se revelaram mais eficazes do que os daqueles que se lhes opuseram. Atingindo uma posição preponderante acabaram por se integrar, ao ponto de serem mais um povo entre a miríade de povos da região. Deixaram os seus navios de alto-bordo e passaram a usar, em grande medida, os navios locais. Estes eram mais baratos, necessitando de menos gente para os equipar, sendo suficientemente bons para o regime de navegação que se praticava ao sabor das monções.

Os holandeses chegam como os portugueses o tinham feito. Em grandes veleiros, com enorme poder de fogo e capacidade de atacar de surpresa qualquer ponto do litoral. Os domínios e as áreas de interesse do Estado da Índia percorriam linhas de costa com dezenas de milhares de quilómetros. Qualquer ponto ao longo delas podia servir de base aos recém-chegados e estes, que nunca tiveram na Ásia um efectivo tão grande como o que os portugueses tinham, podiam escolher o momento e o local para atacarem, concentrando nele todo o seu poder, ou grande parte dele, que seria, quase sempre, maior e mais bem preparado que o português.

Por isso puderam sempre escolher. Atacavam quando lhes convinha, enquanto que os portugueses, a quererem manter (como queriam), o seu estado eram forçados a grandes dispêndios de meios materiais, humanos e financeiros e se o não fizessem - assim o julgavam - mais cedo seriam afastados, pois (agora era a sua vez) não detinham aparelhos mentais, sociais e culturais capazes de competirem com os que a Companhia operava.

Os resultados da VOC mediam-se na contabilidade do deve e haver; os dos portugueses não eram tão objectiváveis: honra, prestígio, riqueza, expansão da Fé e serviço ao Rei, poder de dispor de si e dos outros...

A mentalidade que deu a vitória aos holandeses na Ásia perdeu-os no Brasil.

⁹ Terminada a trégua instituiu-se em 1621 nos Países Baixos a WIC, com um capital social de cerca de sete milhões de florins. Tal como quando a VOC foi criada os Estados Gerais tiveram o seu papel, por um lado dando à nova companhia o monopólio e poderes majestáticos nas regiões onde deveria actuar, por outro, comprometeram-se a subvencionar a companhia e fornecer soldados e navios a troco de dividendos. A WIC era constituída por cinco câmaras através das quais os

accionistas se faziam representar. Estas eram Amsterdão, Zelândia, cidades do Maas, distritos do Norte e Frisia. A direcção cabia a 19 directores e funcionava alternadamente em Amsterdão e Middelburg.

¹⁰ A primeira expedição da WIC para o Brasil era composta por 23 navios (metade dos quais pertenciam aos Estados Gerais), com 509 canhões, 1600 marinheiros e 1700 homens de guerra. A expedição era comandada por Jacob Willekens e tinha por vice-almirante Pieter Pietersz.